



O BLOCO EM LUTA PELA VALORIZAÇÃO DAS PENSÕES E REFORMAS!

ESTE BOLETIM TAMBÉM SUMARIA A REUNIÃO DE 14 NOVEMBRO, LISBOA

REUNIÃO DE 14 DE NOVEMBRO Participaram 11 ativistas.

Análise política - Sobre a situação política nacional, debateu-se: **(1)** A degradação da escola pública com crianças e jovens sem aulas por não ter vagas e por falta de professores/as, alunos/as portadores de situações específicas sem estar em turmas com redução e com professores/as de ensino de especial a que têm direito; **(2)** A crise política e institucional, a promiscuidade entre os negócios e a política, o enfraquecimento do combate à corrupção quando as investigações têm fragilidades e as acusações caem em tribunal; **(3)** A herança do A. Costa e da maioria absoluta é o enorme desgaste do governo, os golpes profundos na Segurança Social e no SNS, os problemas da Escola pública, a crise da Habitação, os salários baixos e a precarização, as grandes dificuldades económicas das pessoas, em especial dos/das jovens; **(4)** A importância para o Bloco de Esquerda de sair reforçado nas eleições legislativas para ter força para impor políticas, a necessidade de trabalhar o programa de forma a ter propostas visíveis, mobilizadoras e exigentes; **(5)** Sobre a atualização das pensões em 2024, foi feita referência aos acordos prometidos para dezembro, com o subsídio de Natal, e que não constam nos recibos já disponibilizados no site da CGA.

Sobre a situação política internacional, debateu-se: **(1)** A guerra Israel e Palestina, a dimensão enorme da tragédia em Gaza, a política colonial e genocida de Israel, tutelada pelos EUA devido aos seus interesses na região, a resistência dos povos é que faz os governos mudar de posição; as fragilidades do movimento de solidariedade com a Palestina em Portugal.

INFORMAÇÕES Foram dadas as seguintes informações sobre iniciativas do Bloco, sobre a atividade sindical e associativa, sobre debates e sessões públicas:

A - DO BLOCO DE ESQUERDA

- Iniciativas previstas do grupo +60 para 2024:
 - **Janeiro**, a sessão sobre a Segurança Social ainda não está confirmada ;
 - **20 abril**, Encontro Nacional do Grupo +60.
- **19 de novembro**, Mesa Nacional.
- **23 de novembro**, Assembleia Distrital de Lisboa (haverá outras marcadas pelo país).

**NÃO
ESQUEÇAS:**

PRÓXIMA REUNIÃO:

LISBOA | TERÇA, 12 DE DEZEMBRO, 14H45



B- OUTRAS INICIATIVAS

- **Portaria n.º 349/2023 de 13 de novembro** com alterações ao licenciamento das ERPIs.
- **08 de novembro**, participámos na Videoconferência/Debate “Afinal o que é a Segurança Social?”, organizada pela associação PRAXIS.
- **14 de novembro**, Sessão de Solidariedade “Paremos o genocídio. Palestina vencerá”, org: Delegação portuguesa do Comité Internacional de Ligação pelo “Fim à guerra”, 18h30, Auditório do SPGL, Lisboa.
- **15 de novembro**, Colóquio “Retrato da Geração Mais Velha - Portugal Anos 20 do Século 21”, organizado pela delegação de Lisboa da APRE!, 14h30, no Auditório da Biblioteca Orlando Ribeiro, em Telheiras, entrada livre.
- **18 novembro**, sábado, 15h00, Marcha Nacional Fim ao Genocídio, Palestina Livre Já, da Praça do Município à Assembleia da República.
- **23 e 24 novembro**, Conferência Internacional Por um Causa Maior: Arte, Cidadania e Idadismo no Envelhecimento, CCB, 10h-19h.

CRITÉRIOS PARA AUMENTO DAS PENSÕES

O debate iniciou-se com a informação sobre o critério em vigor que está suportado na lei e que determina que existem 3 grupos de pensões, as baixas, as médias e as altas. O principal objectivo dos aumentos anuais de pensões é evitar a perda de poder de compra provocada pela inflação.

Os aumentos são percentuais e essas percentagens são maiores para as pensões baixas, ligeiramente menores para as médias e ainda mais inferiores para as pensões mais altas.

Contra o actual critério pronunciaram-se alguns e algumas camaradas que opinaram no sentido de os aumentos serem iguais para todos/as em dinheiro no sentido de evitar que as pensões mais baixas tenham aumentos pouco significativos e, também, por considerarem que a produtividade na reforma é igual para todos, logo o aumento de via ser igual para todos.

Em sentido diverso defendeu-se que o regime de pensões contributivo reflete as diferenças entre as contribuições, sendo as pensões de velhice proporcionais aos descontos. Se se estabelecerem tetos ou o chamado plafonamento, acaba por favorecer a saída do sistema público dos contribuintes com rendimentos mais elevados, enfraquecendo o financiamento do sistema público de pensões.

Outras intervenções que foram consensuais foram no sentido de considerar que:

- A pensão devia ter como referência o salário mínimo nacional (SMN) e não IAS que diminuiu a sua base;
- Tem de se continuar a lutar contra o teor da condição de recursos e da carga burocrática do Complemento Solidário para Idosos que tal como está não cumpre a função para o que foi criado que é a erradicação da miséria entre os/as mais velhos/as;
- A necessidade de um aumento extraordinário de pensões que compense os anos em que não houve aumento de pensões nos termos da legislação em vigor e o fim do fator de sustentabilidade.



O tempo disponível para o assunto e a ausência de especialistas na reunião aponta no sentido de continuar este debate, algo que também teve apoio generalizado.

JÁ DEPOIS DA REUNIÃO... - No dia 19 de novembro houve Mesa Nacional, interviemos no sentido de alertar para a ausência na proposta de resolução política de qualquer menção às pensões e à situação da população mais velha, propondo que se introduzisse uma menção relativa a isso no ponto 7 e apresentámos a proposta já acordada com o deputado europeu, José Gusmão (Ver no fim do Boletim).

- No dia 27 de novembro realizou-se uma reunião online da coordenadora alargada do grupo+60 onde foi definida a ordem de trabalhos da reunião mensal.

PRÓXIMA REUNIÃO: A próxima reunião será no dia 12 de dezembro, realizar-se-á presencialmente e online na Sede Nacional - Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa. Será utilizado o link:
DIA 12 DE DEZEMBRO, ÀS 14H45 <https://us02web.zoom.us/j/82055803365>

Proposta de Ordem de Trabalhos

1. Análise Política

2. Informações

3. Preparação do Encontro Nacional do Grupo +60

4. Assuntos diversos

A Coordenação

Berta Alves

Rui Távora



PROPOSTA DO GRUPO+60 APRESENTADA NA MESA NACIONAL DE 19/11/2023

Propomos a realização de uma sessão organizada em conjunto com os deputados/as do Bloco Esquerda no Parlamento Europeu, para o mês de janeiro 2024, com o tema:

“Segurança Social e proteção à velhice na União Europeia: o papel da Esquerda”

A Carta dos Direitos Fundamentais da UE, no seu artº 34º, reconhece o direito à segurança social e assistência social, de acordo com o Direito da União e com as legislações e práticas nacionais.

As recomendações das instituições europeias e as políticas da União Europeia influenciam de que modo os sistemas de Segurança Social nacionais?

Para onde caminham as reformas dos sistemas de Segurança Social e, em especial, os regimes de pensões de velhice nos países da União europeia?

A Segurança Social pública e universal é um dos pilares do Estado Social e um direito consagrado pela Constituição Portuguesa saída da revolução de abril.

O debate da insustentabilidade da Segurança Social tem sido alimentado pela direita neo-liberal, ao mesmo tempo que surgem propostas para enfraquecer o seu financiamento ou submeter aos interesses privados partes da Segurança Social. O regime público de pensões é uma das situações visadas, visível nas propostas recentes da CIP e no próprio governo cessante com a criação da comissão para “realização de um livro verde para a sustentabilidade do sistema previdencial, em concreto no que respeita à vertente das pensões”, cujas propostas serão divulgadas no próximo mês de janeiro.

Apresentar propostas fortes para a defesa e para a sustentabilidade futura da Segurança Social e, dentro desta, para o regime público de proteção à velhice, é uma exigência da esquerda.

Pelo Grupo +60 do Bloco de Esquerda

Berta Alves

Rui Távora